

## A “Era da Ecologia” no Paraná

Eliane Aparecida Biasetto

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo investigar a emergência da “era da ecologia” no Paraná. Inicialmente vamos apresentar como surgiu a “era da ecologia” no mundo, em seguida como esta se desenvolveu no Brasil para que por fim possamos entender o seu nascimento no Estado do Paraná. Para realizar a pesquisa tomou-se a idéia de surgimento da “era da ecologia” proposta por Donald Worster e as definições do campo da história ambiental. Para Worster a “era da ecologia”, termo criado pela mídia americana nos anos 70 para descrever a grande comoção ecológica, teve início em 1945, no deserto do Novo México, quando explodiu a primeira bomba atômica produzida pelos homens. A partir desse momento, com as sucessivas experiências com armas atômicas, cientistas começaram a pesquisar as consequências da energia atômica destas armas no meio ambiente, descobrindo a vulnerabilidade da natureza. Não demorou muito para que as descobertas científicas se espalhassem pelas sociedades, até porque os resultados das experiências com as armas radioativas começaram a ser sentidos três anos após o início dos testes. Na década de 1950, os meios de comunicação, como os jornais e as revistas, começaram a trazer, em seus conteúdos, informações sobre a capacidade de destruição das bombas atômicas. Desde então, muitas pesquisas sobre temas envolvendo questões ambientais passaram a ser publicadas. Não demorou muito para que o número de protestos contra as experiências com armas nucleares aumentasse, tanto no campo científico quanto na esfera social. Durante a década de 1970 várias teorias sobre a preservação da natureza foram desenvolvidas e assimiladas por muitas nações. No Brasil, podemos observar a influência dessas novas correntes de pensamento ambiental na década de 1970, em virtude das reflexões terem contribuído com a formação da consciência ecológica do país, o que possibilitou o grande desenvolvimento das questões ambientais, no decorrer dos anos 1980, período que passou a ser conhecido como a “era da ecologia” no Brasil. Na década de 1980, houve um aumento significativo no número de integrantes nos movimentos, das organizações e associações ambientalistas, como também, surgiram novos tipos de reivindicações e “*bandeira de luta*” devido ao processo de redemocratização brasileira. No Paraná a emergência da “era da ecologia” chega pela a esfera política, pois na eleição de 1982 dos dez governos oposicionistas eleitos, somente um deles o do Paraná, comandado pelo peemedebista Jose Richa, deu uma importância efetiva ao meio ambiente. Em 1984, foi desenvolvido o Programa de Estado para o Meio Ambiente (PEMA) com a ajuda dos órgãos estaduais e do movimento ambientalista do Paraná. O programa tinha como objetivo inovava em termos de política ambiental, pois tinha a perspectiva de inserir a preocupação ambiental como parte de outras políticas e ações do Estado. Nesse mesmo período também houve um aumento do número de ativistas ecologistas interferindo no campo político do estado, pois começaram a ser realizados pelos movimentos ambientais, encontros regionais para discutir entre outros temas a politização do ecologismo no país.

Palavras-chave: Era da ecologia, Cientistas, Ambientalismo, Paraná.

## “Era da Ecologia”

Como podemos perceber a tomada de uma nova consciência ecológica ocorreu na década de 70, no entanto as suas raízes datam de tempos bem mais remotos. Para melhor compreensão deste importante período que passou a ser chamado de “era da ecologia”, traçaremos o caminho que o pensamento ecológico percorreu para chegar ao seu auge no século XX.

Sem dúvida, foi com a Revolução Industrial no século XVIII, que a natureza sofreu a sua mais profunda transformação. Durante todo o seu desenvolvimento, a ideia de progresso foi predominante, fruto de uma nova concepção de natureza que começou a se delinear desde a emergência do sistema capitalista, no século XVI.

Para Almino, há dois momentos na história que a natureza passou por significativas mudanças: a “primeira foi com a revolução neolítica [...] no segundo momento com a revolução industrial” (ALMINO, 2004, p.13). No entanto, o autor também ressalta um desses períodos como aquele que mais proporcionou a degradação ambiental da história; este momento foi a partir do século XVIII com a Revolução Industrial.

Mas foi apenas no segundo momento, com a revolução industrial, que houve a densidade e generalização da degradação ambiental, facilitada pela fusão entre ciência (especulativa) e tecnologia (empírica), pela mentalidade dominante no tipo de sociedade inaugurada com o capitalismo e, de forma mais ampla, por determinada visão de progresso e natureza que vinha pouco a pouco se firmando na modernidade, ou seja, desde o Renascimento. (ALMINO, 2004, p.13).

Com o desenvolvimento das técnicas de produção, o homem criou as primeiras máquinas industriais movidas a vapor, que potencializaram o uso dos recursos naturais, proporcionando aos consumidores uma quantidade cada vez maior de mercadorias. Estas máquinas passaram rapidamente a compor o cenário rural por meio do controle capitalista do campo, produzindo mais alimentos do que o trabalho humano e em menos tempo. A substituição da mão-de-obra camponesa pelos braços de ferro tornou-se um dos motivos que levou à saída de milhares de pessoas que viviam nos campos para as cidades, que acabavam submetendo-se ao árduo trabalho nas fábricas ou incorporando a massa de desempregados dos centros urbanos.

Com o êxodo rural, o aumento da produção de alimentos, a criação de infraestrutura para instalação de novos estabelecimentos industriais e, mais tarde, com o aperfeiçoamento da medicina, a massa populacional passou a aumentar rapidamente e, desde então, não parou mais. Desta forma, as pequenas cidades transformaram-se em grandes aglomerações urbanas, modificando profundamente as paisagens. Junto ao desenvolvimento das edificações e dos meios de transporte apareceram os problemas ambientais urbanos.

O crescimento das cidades e a mudança do estilo de vida da população provocaram alterações no solo, na água, no ar, como também levou à extinção de várias espécies de animais. As florestas passaram a ser desmatadas com mais frequência para aumentar a produção de alimentos e para a construção de novos centros urbanos, o que levou principalmente à extinção de várias espécies de animais e à contaminação do solo e da água pelo aumento do lixo urbano-industrial. Logo, os meios de transporte também se desenvolveram, surgiram as locomotivas, os navios a vapor e, mais tarde, os carros, que, junto às fábricas, contribuíram com o aumento da poluição atmosférica em várias partes da Europa, pois lançavam no ar toneladas de gases e materiais particulados derivados do carvão e do petróleo, provocando o aumento da incidência de várias doenças pulmonares nestas regiões. Mais tarde, com a expansão da industrialização nos quatro cantos do mundo e com a utilização de novas fontes de energia e tecnologia, a degradação ambiental intensificou-se

ainda mais. No entanto, foi com o advento da bomba nuclear no início do século XX, que a sociedade percebeu que suas ações, poderiam levar à extinção a espécie humana.

Para Worster, (1996) a “era da ecologia” teve início em 1945, no deserto do Novo México quando a primeira bomba atômica explodiu. Com as sucessivas experiências com as armas nucleares pelo mundo, cientistas passaram a investigar as consequências ambientais dessas explosões e, aos poucos, foram descobrindo os grandes impactos ambientais que essas armas nucleares poderiam causar ao homem e ao seu habitat (WORSTER, 1996, p.342-343). Não demorou muito para que as descobertas científicas se espalhassem pelas sociedades, até porque os resultados das experiências com as armas radioativas começaram a serem sentidos três anos após o início dos testes.

Uma das primeiras indicações dos custos ambientais dos testes nucleares aconteceu em outubro de 1952, quando uma chuva de granizo anormalmente radioativa ocorreu a 2.820 quilômetros do próprio local de testes britânicos, na costa da Austrália. Em abril de 1953 uma chuva radioativa caiu sobre o estado de Nova York, aparentemente contaminada pelos testes nucleares realizadas em Nevada (MCCORMICK, 1992, p.67).

Na década de 1950, os meios de comunicação, como os jornais e as revistas, começaram a trazer, em seus conteúdos, informações sobre a capacidade de destruição das bombas atômicas. Desde então, muitas pesquisas sobre temas envolvendo questões ambientais passaram a ser publicadas. Não demorou muito para que o número de protestos contra as experiências com armas nucleares aumentasse, tanto no campo científico quanto na esfera social. Estes acontecimentos ajudaram na formação de uma nova consciência ecológica, a chamada ambientalismo, que pode ser vista claramente nos dois eventos ecológicos que marcaram definitivamente a chegada da era da ecologia: o Dia da Terra, realizado em 1970, e a Conferência das Nações Unidas, em Estocolmo na Suécia, em 1972.

Os jovens ativistas dos movimentos sociais norte-americanos, principalmente aqueles que faziam parte do pensamento hippie, contribuíram significativamente com o desenvolvimento do ambientalismo no país, tendo em vista que os dois movimentos se complementavam, dando origem a um novo estilo de mobilização social, que passou a ser denominado pelos meios de comunicação de contracultura. Tanto os hippies quanto os ambientalistas contribuíram com a crítica à cultura ocidental de consumo e à exploração humana e ambiental. Os movimentos ecológicos trouxeram, em suas correntes de pensamento, novos paradigmas de sociedade, que ao chegarem a ser discutidos no campo da política deram origem a novos tipos de partidos políticos, os chamados partidos verdes ou ecopacifistas. O primeiro Partido Verde foi fundado em 1969 na Nova Zelândia, por meio da “*ecologização*” dos dois partidos tradicionais do país, o partido Trabalhista e o Nacional. Mais tarde, nos 70, os partidos verdes se espalharam por quase toda a Europa e, atualmente, eles estão presentes em vários países do mundo; no Brasil, o partido verde começa a aparecer no cenário político na década de 80.

### **“Era da Ecologia” no Brasil**

Como vimos no capítulo anterior, a década de 1970 marca a “era da ecologia” no mundo, pois a partir desta época houve a expansão do ideário ecologista para os quatro cantos do globo. Várias teorias sobre a preservação da natureza foram desenvolvidas e assimiladas por muitas nações. No Brasil, podemos observar a influência dessas novas correntes de pensamento ambiental na década de 1970, em virtude das reflexões terem contribuído com a formação da consciência ecológica do país, o que possibilitou o grande desenvolvimento das

questões ambientais, no decorrer dos anos 1980, período que passou a ser conhecido como a “era da ecologia” no Brasil.

A década de 70 foi o momento da construção da consciência ambiental no Brasil. No entanto, a origem dos seus dilemas ambientais apareceu em tempos mais remotos. Segundo Oliveira, (2008, p.756) é possível encontrarmos manifestações de preservação do meio ambiente já no final do século XIX. Pádua, (2004) vai ainda mais longe. Segundo o autor, desde o final do século XVIII existem evidências de atenção com a conservação da natureza. No entanto, é uma preocupação que difere do século XX, pois o seu foco está direcionado ao progresso econômico do país por meio da preservação dos recursos naturais.

Os pensadores aqui analisados, de maneira geral, não defenderam o ambiente natural com base em sentimentos de simpatia pelo seu valor intrínseco, seja em sentido estético, ético ou espiritual, mas sim devido a sua importância para a construção nacional. Os recursos naturais constituíam o grande trunfo para o progresso futuro do país, devendo ser utilizada de forma inteligente e cuidadosa. (PÁDUA, 2004, p.13).

A análise levantada por Pádua e Oliveira mostra que o pensamento ecológico, no Brasil, também possui a sua trajetória. Nesta segunda parte, pretendemos traçar o caminho percorrido pelas questões ambientais no Brasil, para entender como se desenvolveu a “era ecológica” no país.

Segundo Pádua, os primeiros críticos ambientalistas do Brasil surgiram dentro do pequeno grupo intelectual que constituiu a *chamada “geração ilustrada luso-brasileira”* (PÁDUA, 2004, p.14). Estes assimilaram as teorias naturalistas dos cientistas e as ideologias Iluministas que tomavam conta do pensamento da burguesia européia. O pensamento iluminista, também chamado de filosofia das luzes, era formada por um sistema de ideias que valorizava o desenvolvimento do comércio, uma das mais importantes atividades econômicas da classe burguesa. Este conjunto de ideias progressistas que conduziu a política Brasileira no século XIX, e que aparece predominantemente nas primeiras críticas ambientais do país. No entanto, a visão de progresso dos autores analisados por Pádua não defende o desenvolvimento econômico da nação a todo custo, em virtude de suas concepções de desenvolvimento estarem atreladas à ideia do uso inteligente de seus recursos naturais.

A grande novidade apresentada pelos primeiros críticos ambientais brasileiros foi de produzir uma espécie de metacrítica do progresso. Ou seja, apesar de condenar a falta de progresso e defender esse último como valor político superior, eles não aceitaram a ideia de que todas as atividades produtivas ou de expansão social, inclusive todas as inovações tecnológicas, pudessem ser enquadradas em seu bojo. (PÁDUA, 2004, p.27).

Infelizmente esta percepção em relação ao progresso e ao meio ambiente defendida pelo pequeno grupo de críticos ambientais brasileiros, do final do século XVIII até fins do XIX, não impediu a destruição ambiental de várias regiões do país, por meio do desenvolvimento da cultura cafeeira (PÁDUA, 2004, p.32) e de outros fatores como o povoamento e a pecuária. Entretanto, as suas lutas não foram em vão, pois as suas ideias contribuíram com a formação de muitos projetos de preservação do meio ambiente consolidados nos séculos seguintes. Um exemplo é o da criação das primeiras unidades de conservação no Brasil no início do século XX.

As primeiras preocupações com a questão de proteção das florestas, [...], partiram de José Bonifácio, no início do século XIX, ainda em 1821, quando surgiu a criação de um setor específico que cuidasse da conservação das florestas. Outro defensor da natureza foi o abolicionista André Rebouças, que combatia os desmatamentos e defendia a criação dos primeiros parques nacionais, nos moldes dos parques norte americanos, criados a partir de 1872. (BRITO e CÂMARA. 1998 p.71).



Esta passagem mostra que a ideia da criação de parques nacionais para a preservação da fauna e flora brasileiras já estava presente no pensamento da elite intelectual do país desde o século XIX. Essas visões influenciaram cientistas futuros como o botânico Alberto Loefgren, que começou a lutar pela criação de parques nacionais, no início do século XX no país. Em 1937, é criado o primeiro parque nacional do Brasil, o Itatiaia, preservando áreas localizadas entre o Estado de Minas Gerais e Rio de Janeiro (BRITO; CÂMARA, 1998, p.69).

O pensamento ambiental no Brasil, no início do século XX, foi ganhando novos contornos, em virtude da influência das discussões ecológicas que estavam ocorrendo no mundo, principalmente nos Estados Unidos. Nesse período, a corrente conservacionista, já consolidada em outros países, como também presente no final do século XIX no Brasil, começou a ganhar novas dimensões no ideário de alguns grupos da sociedade brasileira. Os motivos de luta pela preservação do meio ambiente no país deixaram de ficar restritos somente a interesses econômicos e passaram também a ser inspirados por outros motivos, como científicos e afetivos. Neste período, temos a participação significativa de vários cientistas e naturalistas, como também de alguns políticos, jornalistas e escritores, o que deu origem a uma nova geração de conservacionistas e preservacionistas.

O ideário conservacionista do início do século XX, no Brasil, originou várias ações de defesa ao meio ambiente, com a criação de unidades de conservação, elaboração de códigos e leis de proteção ambiental. Encontramos algumas dessas manifestações durante os governos de Getúlio Vargas. Foram elaborados o Código de Água e Minas e o primeiro Código Florestal Brasileiro, como também foi realizada, durante o seu governo, a primeira Conferência de Proteção da Natureza, em 1934, no Museu Nacional e construído o primeiro parque nacional do Brasil, em 1937. Segundo Dean, (1996) parece que o governo Vargas foi envolvido pelo novo ideário conservacionista do século XX, pois seus membros ajudaram Vargas nas suas campanhas legislativas do início do seu mandato.

Diversas organizações diretamente envolvidas com a conservação parece ter influenciado a legislação inicial do período Vargas- a Sociedade de Amigos de Alberto Torres, os Clubes de Amigos da Natureza, a Sociedade Geográfica do Rio de Janeiro e a Sociedade de Amigos das Árvores. (DEAN, 1996, p. 275).

Os movimentos ambientalistas no Brasil sofreram algumas transformações, após a década de 1970, período marcado pela expansão da consciência ecológica no mundo e da continuação do regime militar brasileiro que perdurou até meados dos anos de 1980.

Segundo Oliveira (2008, p.257), a década de 70 marca um “*novo momento*” para o ambientalismo brasileiro, pois, para o autor, é neste período que as manifestações ambientalistas sofrem transformações nos objetivos de suas reivindicações, lutando não só pela conservação do meio ambiente, mas também pela constituição de uma consciência ambiental. As suas formas de luta também se modificaram, pois muitos movimentos conservacionistas e ambientalistas institucionalizaram-se em associações e, mais tarde, em partidos políticos. Viola, (1987) caracteriza esta fase do movimento ecológico de 1974-1981 de ambientalismo, e igualmente Oliveira percebe a “*ecologização da mentalidade*” de muitas pessoas importantes do país durante esta fase.

[...], nesta fase ambientalista a eficácia dessas lutas ecologistas é muito baixa em termos de ganhos precisos, mais é significativo se consideramos a ecologização da mentalidade de contingentes qualitativamente importantes da população. A degradação ambiental não é detida e muito menos revertida, mas a percepção da degradação aumenta na sociedade. (VIOLA, 1987, p.11).

Esses são alguns fatores que contribuíram com a formação de um novo pensamento ambiental, que se expandiu pelo país nos anos 80.

No decorrer da década de 1980, houve um aumento significativo no número de integrantes nos movimentos, das organizações e associações ambientalistas, como também,

surgiram novos tipos de reivindicações e “*bandeira de luta*” devido ao processo de redemocratização brasileira (OLIVEIRA, 2008, p.765). Uma das importantes lutas das associações ambientais, do início dos anos 80, foi contra a instalação do II Pólo Petroquímico no Estado do Rio Grande do Sul. Esta manifestação, liderada pela AGAPAN (Associação Gaúcha de Proteção à Natureza), teve ajuda de diversos outros grupos que não estavam ligados às questões ambientais. A manifestação conseguiu junto à assembléia legislativa do estado uma emenda contrária à construção das usinas nucleares na região próxima à cidade de Porto Alegre. Esta manifestação é “um marco na história do ambientalismo gaúcho” (OLIVEIRA, 2008, p. 758), pois trouxe novas formas de fazer reivindicações, como também fez com que as questões ambientais da sociedade gaúcha ganhassem espaço na mídia. Outro evento importante deste período foi o grande movimento ambiental contra o alagamento do Salto de Sete Quedas, por meio da construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu. O Salto ficava na cidade de Guairá, no estado do Paraná, e fazia parte do Parque Nacional de Sete Quedas, criado em 1961 para a preservação da fauna e da flora da região. Vários grupos ambientalistas lutaram contra o represamento do Rio Paraná, como o Mape, a Agapan, a APPN, entre outros (BRITO e CÂMARA, 1998, p.72), no entanto as suas vozes não impediram que as águas do Rio Paraná submergissem as belas paisagens do Salto, em 1982, para o funcionamento da usina.

Durante o ano de 1986 foram realizados vários encontros do CIEC, um no estado do Paraná, depois em São Paulo e o outro em Brasília. Nestes encontros, um dos temas importantes debatidos pelos grupos ambientalistas era a questão do ecodesenvolvimento, termo introduzido por Maurice Strong na Conferência de Estocolmo em 1972, para denominar um tipo de desenvolvimento econômico que respeitasse as potencialidades do seu ambiente. Na década de 1980, com a ampliação deste conceito, surge uma nova denominação, o chamado desenvolvimento sustentável (MONTIBELLER-FILHO, 2008, p.54). Este termo aparece no Relatório Brundtland, apresentado pela primeira-ministra da Noruega, Mrs. Brundtland, na Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento. No Brasil, a questão do desenvolvimento sustentável é largamente discutida a partir de meados dos anos 80, devido à inserção de temas ambientais em discussões políticas, econômicas e sociais do país. Nesses encontros também se constituíram critérios para a confecção de listas verdes estaduais, que consistem em “... listas transpartidárias compostas por candidatos membros do movimento ecológico que se compromete, se eleitos, a defender a plataforma ecologista na Constituinte” (VIOLA 1987, p.15).

Nesta segunda fase do movimento ambientalista, que compreende a década de 1980, muitos de seus integrantes pertenciam à classe universitária, em virtude do período de redemocratização do país proporcionar algumas mudanças no espaço escolar e de profissionalização. Estas transformações consistiram em “... uma acentuada diversificação das redes sociais vinculadas à formação universitária”, o que acarretou em “uma ampliação das formas de participação social e política dos estudantes universitários em redes diversificadas de movimento, partidos e outras organizações que se cruzam na mobilização pela “redemocratização” (OLIVEIRA, 2008, p.768). Deste modo, surgem novas associações ambientalistas formadas por universitários militantes como *Em Nome do amor* e *Deite na Grama*. Além de universitários, os grupos ambientalistas, deste período, também eram compostos por:

[...] indivíduos com origens sociais mais baixas e heterogêneas, que tem como principal base de recursos as inserções e os vínculos estabelecidos no decorrer dos seus itinerários familiar, escolar e profissional com organizações e “movimentos sociais” diversificados (estudantis, sindicais, partidários, religiosos), e cujo

concepções de participação política remetem a politização das mais diferentes esferas [...] (OLIVEIRA, 2008, p.769).

Para os autores, são essas características que estão presentes nos movimentos ambientalistas dos anos 80, devido às “*estruturas de oportunidades políticas*” proporcionadas pelo processo de Redemocratização, da formação de uma nova Constituinte e das discussões realizadas na ECO-92, no Rio de Janeiro. São todos esses fatores que proporcionaram o desenvolvimento da “era da ecologia” no Brasil, a partir dos anos de 1980.

### “Era da Ecologia” no Paraná

Nessa parte do texto, mostraremos como a “era da ecologia” começou a penetrar no território paranaense. Para realizar tal objetivo, apresentaremos algumas pesquisas que abordam as questões ecológicas em alguns municípios.

O Paraná é o segundo maior Estado da região sul do Brasil, com uma área de 199.314.850 Km<sup>2</sup>, dimensão definida após vários conflitos territoriais com o estado de Santa Catarina e São Paulo. Mesmo com a sua emancipação política, em 1853 da Província de São Paulo, as discussões sobre as definições das fronteiras do Paraná perduraram até o início do século XX. Foi preciso que a elite paranaense utilizasse várias estratégias para que o estado tivesse, então, as suas fronteiras definidas de acordo com seus interesses políticos e econômicos.

Dentre as atividades econômicas realizadas no território paranaense, as que mais geraram impacto ambiental na fauna e na flora do estado, no início do século XX, foram a exploração da madeira e o desenvolvimento do cultivo cafeeiro. Embora tivesse sido criado, em 1907 no Paraná, o primeiro Código Florestal do Brasil, a Lei n.706 ela não objetivava a preservação das florestas, mas sim aperfeiçoá-las para uma maior produção (CARVALHO, 2007, p.2). A pesquisa realizada por Carvalho e Nodari, com o objetivo de analisar as transformações do imaginário da cidade de Maringá e Campo Mourão a respeito do “verde”, exposta em dois jornais destas regiões, mostra que até o início da década de 1970 o desflorestamento nestas regiões era visto como o advento do progresso e da civilização. Quando raramente havia alguma reportagem fazendo crítica ao desflorestamento, era feita “[...] em termos estritamente conservacionista, ressaltando a racionalização da utilização dos recursos” (CARVALHO; NODARI, 2008, p.8).

O trabalho realizado por Oliveira, (2001), sobre a trajetória do discurso ambiental em Curitiba, durante o século XX, desconstrói a ideia de que as obras de “cunho ambiental” realizadas na cidade de Curitiba, desde a década de 1970, tenham sido frutos de um discurso ambiental, como os documentos oficiais apresentam. Para o autor, o que aconteceu em Curitiba foi a combinação de maneira geral e não premeditada, fatores naturais com soluções técnicas e problemas ambientais.

[...] o sentido geral da criação dos parques e bosques curitibanos concentrou-se, fundamentalmente, nos três primeiros parques (Iguaçu, Barigui e São Lourenço), criados nos anos 70, década de maior incremento nas áreas verdes publicas no município. A função desses parques, no momento que foram idealizados uniu de um lado a antiga idéia “de dar água a cidade” do então arquiteto do IPUC dos anos 60 Jaime Lerner, e, de outro, uma solução técnica encontrada para combater enchentes na cidade [...]. (OLIVEIRA, 2001, p.101)

No entanto, vemos que a criação de leis, campanhas e programas para resolver os problemas ambientais da cidade, mais diretamente voltados à qualidade de vida da população, já é um início da penetração da “era da ecologia” no estado.

A era da ecologia chega definitivamente no Estado do Paraná na década de 1980, pois com a redemocratização do país, iniciada no começo deste período, as questões ambientais passam a ser discutidas por toda a sociedade, chegando até a arena política.

Segundo Viola, (1987, p.9) “Dos dez governos oposicionistas, eleitos em 1982, somente um deles, o do Paraná, comandado pelo peemedebista Jose Richa, deu uma importância efetiva ao meio ambiente [...]”. As suas ações procuraram diminuir o “impacto ambiental e o social” causado pela agricultura modernizada no estado (TEIXEIRA, 2004, p.5). Em 1984, foi desenvolvido o Programa de Estado para o Meio Ambiente (PEMA) com a ajuda dos órgãos estaduais e do movimento ambientalista do Paraná. Segundo Teixeira, o “[...] programa inovava em termos de política ambiental, pois tinha a perspectiva de incluir a preocupação ambiental como parte de outras políticas e ações do Estado” (TEIXEIRA, 2004, p.5).

Em 1984, também houve um aumento do número de ativistas ecologistas interferindo no campo político do estado; começam a ser realizados, pelos movimentos ambientais, encontros regionais para discutir,

[...] principais pontos de degradação ambiental do Estado, [...] discussões sobre as relações entre movimento ecológico e partidos políticos, [...] discussão sobre a viabilidade e deseabilidade de formação de um Partido Verde no Brasil, conteúdos e formas de participação ecologista na Constituinte. (VIOLA, 1987, p.14).

Como podemos perceber com esta citação, os temas discutidos nesses encontros mostram a politização do ecologismo no país. O Paraná foi palco destes encontros em 1985, no mesmo período em que é fundada pelos seis estados (RS, SC, PR, SP, RJ e MG) a Coordenadoria Interestadual Ecologista para a Constituinte (CIEC). Em 1986, foi realizado, na cidade de Curitiba, o 2º Encontro do CIEC: “Neste encontro, estabeleceu-se os parâmetros gerais da plataforma ecologista nacionais para a Constituinte (VIOLA, 1987, p.15).

Podemos perceber também essa mudança de percepção em relação à natureza no final da década de 1970, no trabalho de Carvalho e Nodari, já exposto anteriormente. Segundo os autores, neste período há o início de um processo lento de ecologização nessas cidades.

Todavia, dez anos depois, as posições estavam muito mais “ecologizadas”, diante de uma carta de uma criança, em idade escolar, dirigida ao prefeito, na qual expressava a “sua” preocupação com a “destruição da natureza”. O “prefeito” lhe respondeu: “Arvores, muitas arvores plantamos e muito mais haveremos de plantar nas vias publicas da cidade”. (CARVALHO; NODARI, 2008, p.11).

Outra cidade do Paraná que entra na era ecológica em 1980 é a cidade de Guaraqueçaba, como mostram as pesquisas realizadas por Teixeira (2004). Segundo a autora, as questões ambientais em Guaraqueçaba podem ser divididas em dois momentos. O primeiro (de 1981-1990) marca a inserção da proteção ambiental na região e “[...] é com concomitante ao desenvolvimento ambiental e a paralela institucionalização da questão ambiental no Brasil [...]” (TEIXEIRA, 2004, p. 9). O primeiro órgão com atribuições ambientais a ser instalado na cidade foi o Instituto de Terras e Cartografia (ITC), em 1980; cinco anos mais tarde, com o aumento das suas funções, passou a ser chamado de Instituto de Terras Cartografia e Florestas. Em 1982, a Secretaria Especial de Meio Ambiente (SEMA) cria a Estação Ecológica de Guaraqueçaba e, em 1985, as Áreas de Proteção Ambiental (APA). Para Teixeira, (2004, p.9) a primeira fase da inserção da proteção ambiental em Guaraqueçaba não teve “[...] uma discussão sistematizada sobre a relação entre a sociedade e o meio natural”. A segunda fase de proteção ambiental de Guaraqueçaba é marcada pela criação de vários órgãos no Estado e especificamente dentro do município de Guaraqueçaba (1991- 1999) período da consolidação da proteção ambiental na região. O estado do Paraná, após a Rio-92, realizou mudanças nos órgãos ambientais.



Promoveu a reorganização administrativa dos órgãos ambientais seguindo a tendência do país de estabelecer órgãos públicos autônomos para tratar as questões relativas ao meio ambiente. Em 1992 foram criados a secretaria de Estado do Meio ambiente e recursos Hídricos (SEMA) o Instituto Ambiental do Paraná (IAP), vinculada a SEMA, uma fusão do ITCF com a Superintendência dos Recursos Hídricos. (TEIXEIRA, 2004, p.5).

Com a criação desses órgãos exclusivos para as questões ambientais, o Estado melhorou suas ações de proteção ambiental em muitos municípios. É neste contexto que Guaraqueçaba apresenta novos recursos de proteção ambiental para o município. Apesar de toda essa transformação no aparelho de preservação ambiental do município, não houve muita melhoria na qualidade de vida dos pequenos agricultores.

Outro fator que contribui com o desenvolvimento de ações voltadas para a preservação do meio ambiente no Paraná foi a implementação, em 1992, do ICMS ecológico no Estado. O Paraná foi o primeiro a adotar o ICMS ecológico, que consiste em imposto pago aos municípios que foram prejudicados economicamente pelas leis de conservação ambiental, por não poderem utilizar parte dos seus recursos naturais. Hoje, o ICMS ecológico é adotado por vários Estados Brasileiros, o que estimula os municípios a preservarem suas unidades de conservação.

Na cidade de Londrina, localizada no norte do Paraná, mais especificamente dentro da bacia Rio Tibagi, surge na década de 1930. Foi a partir dos 40, sua população cresce aceleradamente, devido à expansão da cultura cafeeira em todo o Norte do Paraná. Este aumento populacional trouxe à cidade vários problemas urbanos, entre eles o de abastecimento de água para a região.

A cidade de Londrina surgida na década de 1930 teve um rápido crescimento populacional. Em meados dos anos de 1940 contava já com aproximadamente 50.000. Na década de 1960 sua população ultrapassou os 100.000 mil habitantes. Nos anos de 1980 atingiu 300.000 mil habitantes e, atualmente passa dos 500.000 habitantes. Com esse ritmo de crescimento habitacional, o abastecimento de água potável para a população da cidade sempre foi um desafio e tornou-se um problema sério no início dos anos de 1970. (ARRUDA, [200-], p.9).

Segundo Arruda ([200-]) é possível perceber, pelos materiais publicados pela imprensa da região, mas especificamente pelo Jornal Folha de Londrina, que o ideário da era da ecologia entrou na cidade no decorrer da década de 1970, pois o problema do abastecimento de água potável na região foi um dos fatores que mostram "... em especial a percepção da ameaça a natureza provocada pela ação humana e, por sua vez, os riscos que os humanos corriam com a poluição (ARRUDA, [200-]p.13). Neste mesmo período, também foi criada a primeira associação ambientalista da cidade, a APPEMMA (Associação Paranaense de Proteção e Melhoria do Meio Ambiente). No decorrer da década de 1980, as ações e denúncias contra a poluição da natureza começaram a se tornar mais significativas na cidade, pois neste período órgãos governamentais especializados e legislações específicas sobre as questões ambientais foram criados. Para a recuperação do ecossistema já degradado, como no caso do Rio Tibagi, foram criados, nos anos 80, alguns projetos. Entre eles, surge o Projeto Tibagi, a partir de um convênio entre a Universidade Estadual de Londrina, o COPATI e a empresa de celulose Klabin, em 1989, como o objetivo de recuperar e preservar a bacia do rio Tibagi.

## **Conclusão**

A "era da ecologia" termo criado pela mídia norte-americana da década de 1970, tem as suas origens principalmente no início do século XX, quando entramos na era atômica. Pois as pesquisas realizadas pelos cientistas naturais sobre as conseqüências das armas nucleares,

ajudaram na formação e disseminação de uma consciência ecológica que se estendeu a partir da década de 1970 para todo mundo. No Brasil neste período foi possível perceber os primeiros esboços da formação de uma consciência ambiental, no entanto é somente na década de 1980 que o país se entregou para questões ecológicas.

É neste período que o ideário ecologista começa a se formar no Estado do Paraná, pois com a redemocratização do país, iniciada no começo da década de 1980, as temas ambientais passam a ser discutidas pela sociedade paranaense chegando rapidamente na arena política, às eleições de 1982 mostra claramente isso. Já em 1984, houve um aumento do número de ativistas ecologistas interferindo no campo político do estado, como também, começou a ser realizados pelos movimentos ambientais encontros regionais para discutir a politização do ecologismo no país, o Paraná foi palco destes encontros. O estado também foi o primeiro a adotar o ICMS ecológico, que consiste em imposto pago aos municípios que foram prejudicados economicamente pelas leis de conservação ambiental, por não poderem utilizar parte dos seus recursos naturais. Hoje, o ICMS ecológico é adotado por vários Estados Brasileiros, o que estimula os municípios a preservarem suas unidades de conservação.

Como foi possível perceber, as primeiras ações ambientais realizadas no Paraná tiveram forte apoio político de vários membros do estado. O que levou as questões ambientais a se desenvolverem de diversas formas em todo o território, com: a criação de órgãos, instituições, secretárias, leis, projetos entre outros voltados para preservação da natureza. Isso por que, no início da década de 1980 a política ambiental do estado já estava bem estruturada principalmente na cidade Curitiba.

## Referências

ALMINO, João. *Natureza e progresso na modernidade*. [S. I.: s. n.], 2004.

ARRUDA, Gilmar. *Poluição e imaginário social do Rio Tibagi em Londrina-PR (1970-1990)*. Londrina: Mimeo, [200-].

BRITO, Francisco A; Câmara, João B.D. *Democratização e Gestão Ambiental: em busca do desenvolvimento sustentável*. – Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

CARVALHO, Ely Bergo. *Legislação Florestal, Território e modernização: O caso do Estado do Paraná 1907-1960*. Associação Nacional de História- ANPUH. Santa Catarina. p.1-10, 2007.

CARVALHO, Ely Bergo; NODARI, Eunice Sueli. A civilização e a Barbárie nos jornais: o imaginário do “verde” em cidades de fronteira agrícola no Paraná (1954/2000). *Revista de História e Estudos Culturais*, Santa Catarina, v.5, n°2, p.1-19, abri./mai./jun. 2008.

DEAN, Warre. *A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996/2002.

McCORMICK, John. *Rumo ao paraíso: a história do movimento ambientalista*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará. 1992.

MONTIBELLER-FILHO, Gilberto. *O mito do desenvolvimento sustentável: Meio ambiente e custos sociais no moderno sistema produtivo de mercadorias*. 3. Ed. Florianópolis: Ed: da UFSC, 2008.

OLIVEIRA, Wilson José Ferreira. Gênese e Redefinição do Militantismo ambientalista no Brasil. *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v.52, n°.3, p.751-777, 2008.

OLIVEIRA, Márcia de. A trajetória do discurso ambiental em Curitiba (1960-2000). *Revista Sociologia Política*, Curitiba, p.97-106, jun./2001.

PÁDUA, José Augusto. *Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)*. 2.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

TEIXEIRA, Cristina. A proteção ambiental em Guaraqueçaba: substituição de agentes e de concepções sobre a relação sociedade-meio ambiente. *II Encontro da ANPPAS*, 2004, Indaiatuba.

VIOLA, Eduardo. O movimento ecológico no Brasil 1874-1986. In: VIOLA, Eduardo et al. *Ecologia e política no Brasil*. Jose A. Pádua (org.). Rio de Janeiro: espaço e Tempo: IUPERJ, 1987.

WORSTER, Donald. *Nature's economy: a history of ecological ideas*. 2ª ed. New York: Cambridge University Press, 1996.